

PROVA DISCURSIVA

- Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso queira, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- No parecer técnico e na dissertação, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso seus textos demandem assinatura, utilize apenas o nome **Auditor**, mesmo que sejam necessárias duas ou mais assinaturas. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- No parecer técnico, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **40,00 pontos**, dos quais até **2,00 pontos** serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafo) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). Na dissertação, esses valores corresponderão a **20,00 pontos** e **1,00 ponto** respectivamente.

PARECER TÉCNICO

Após ter sido finalizado trabalho de identificação dos requisitos de segurança que deveria implementar, determinada organização contratou uma empresa para elaborar relatório técnico com base na NBR ISO/IEC n.º 17.799. No relatório, deveriam ser propostos controles que garantissem a redução dos riscos a um nível aceitável. As áreas que deveriam ser mencionadas no relatório e a respectiva sugestão de controle a ser implementada estão listadas abaixo.

- 1 Política de segurança (política de segurança de informações): um documento com a política de segurança deve ser elaborado e aprovado pela alta gestão do órgão, publicado e divulgado, restritamente, aos colaboradores afetos à área de segurança de informação do órgão.
- 2 Segurança física e ambiental (áreas de segurança): deve ser definido perímetro de segurança com vistas a impedir interferência nas instalações físicas e nas informações da organização, por meio de barreiras de segurança apropriadas e controles de entrada.
- 3 Gerenciamento de comunicações e operações (*housekeeping*): com vistas a assegurar as demandas atuais e futuras dos recursos, devem ser feitas projeções para garantir poder de processamento e armazenamento adequados dos sistemas de informações da organização.
- 4 Controle de acesso (computação móvel e trabalho a distância): em ambientes seguros, essa opção não deve ser considerada, devido aos potenciais riscos do trabalho remoto. Não cabe à organização aplicar políticas ou controles formais, mas cabe apenas à outra parte implantar e assegurar a proteção ao local onde é realizado o trabalho a distância, sob pena de responsabilização por eventuais danos.
- 5 Gerenciamento da continuidade do negócio (continuidade do negócio): processos e regras devem ser implantados para que sejam eliminadas as interrupções causadas por falhas de segurança advindas de acidentes, falhas em equipamentos e ações deliberadas. Para que se garantam níveis aceitáveis de prevenção, devem ser excluídas ameaças resultantes de desastres naturais.
- 6 Obediência a exigências (considerações para auditoria de sistemas): devem existir controles para acesso às ferramentas e aos dados da auditoria de sistemas que devem ser incorporados aos *softwares* monitorados, de modo que essas ferramentas fiquem agregadas aos sistemas operacionais e de desenvolvimento. A salvaguarda desses dados e ferramentas deve ser mantida em bibliotecas de fitas regularmente testadas, para garantir que sejam confiáveis para uso emergencial quando necessário.

Considerando a situação hipotética acima, redija um parecer técnico com base na NBR ISO/IEC n.º 17.799 acerca do relatório mencionado. No seu parecer, faça o que se pede a seguir.

- ▶ Descreva, para cada área mencionada, o objetivo de controle e a importância de se alcançar esse objetivo. [valor: 18,00 pontos]
- ▶ Avalie se o relatório está correto quanto à assertividade de cada um dos controles propostos, fazendo, quando necessário, as recomendações que julgar corretas. [valor: 20,00 pontos]

RASCUNHO – PARECER TÉCNICO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARECER TÉCNICO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

DISSERTAÇÃO

José, servidor público da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí, após responder a processo administrativo disciplinar, foi submetido à pena de demissão em razão de ter praticado crime contra a administração pública. Inconformado com a decisão, ele apresentou recurso administrativo tempestivo no qual alegou que:

- I sua defesa não havia sido subscrita por advogado, o que importaria na nulidade do processo administrativo;
- II o ato administrativo determinando a sua demissão havia sido assinado pelo secretário de Fazenda, e não pelo governador, invocando a impossibilidade de delegação do ato;
- III o processo era nulo, uma vez que o secretário de Fazenda não havia acatado o relatório da comissão processante — que deliberara pela aplicação da pena de advertência —, sob o argumento de que a solução dada era manifestamente contrária às provas nos autos, que indicavam a existência do crime contra a administração pública;
- IV o processo estava fulminado por nulidade insanável, pois o secretário havia proferido sua decisão após o término do prazo para recurso.

A respeito dessa situação hipotética, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e nas disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Piauí, redija um texto dissertativo em que avalie os argumentos do recurso apresentado, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ necessidade de que o servidor seja representado por advogado em todos os atos do processo disciplinar; [valor: 6,00 pontos]
 - ▶ possibilidade de delegação do provimento de cargo público e de aplicação da pena de demissão pelo governador ao secretário de Estado; [valor: 6,00 pontos]
 - ▶ existência ou não de vinculação da autoridade ao relatório da comissão processante no processo administrativo disciplinar; [valor: 3,00 pontos]
 - ▶ existência ou não de nulidade em razão da violação do prazo legal para decisão pelo secretário de Fazenda. [valor: 4,00 pontos]
-

RASCUNHO – DISSERTAÇÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	